



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 31 DE AGOSTO DE 2016.

Nº. 18/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a sua falta à reunião anterior.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 14,50 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Conforme proposta formulada pelo Sr. Presidente, deliberou a Câmara, por unanimidade, registar em ata o voto de pesar pelo falecimento do trabalhador da Autarquia, Sr. António José Caçoila Marques, e endereçar as sentidas condolências à respetiva família.

A seguir o Sr. Vereador Paulo Nascimento usou da palavra e fez o ponto da situação do processo de candidatura de Castro Verde a Reserva da Biosfera da UNESCO, referindo que o mesmo está a decorrer como planeado, encontrando-se neste momento o grupo de trabalho a receber os contributos dos membros Comité Nacional MAB, onde até à presente data foram assimiladas algumas sugestões que passam sobretudo um alargamento das Zonas Núcleo e por ajustamentos no Plano de Ação, onde será incluída uma estimativa orçamental para as ações previstas. Informou, ainda, que no dia 6 de Setembro será entregue a candidatura para apreciação dos vários ministérios que intervêm no processo.

Em seguida o Sr. Vereador António José Brito lamentou que não tenha tido conhecimento prévio do anunciado projeto do “Centro de Artes e Ofícios”, sendo sua opinião que o assunto devia ter sido objeto de uma maior abordagem em reunião do executivo.

Questionou o mesmo Vereador o ponto da situação do concurso público para elaboração do projeto de ampliação/remodelação da “EM - Santa Bárbara de Padrões”.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente da Câmara informou que se aguarda a entrega do respetivo projeto. Quanto ao projeto do “Centro de Artes e Ofícios”, lembrou que o assunto foi apreciado quando da elaboração do Orçamento e Plano de Atividades e posteriormente decidida a contratação da elaboração do projeto, que o mesmo se encontra numa fase preliminar, prevendo-se para breve a sua entrega pelo respetivo projetista e depois será objeto de apreciação na Câmara Municipal.

Lembrou que a intervenção em causa passa pela recuperação de um imóvel, propriedade da Autarquia, situado no núcleo urbano da vila de Castro Verde, integrado na área de proteção da Basílica Real, e contemplará a criação de instalações apropriadas para a construção, o toque e a divulgação da Viola Campaniça e oficinas para a promoção de atividades ligadas às artes e ofícios.

Interveio ainda o Sr. Vereador Carlos Pereira alertando para a degradação do prédio, conhecido como da “D. Maria”, sito nas Ruas Morais Sarmiento e Fialho de Almeida, em Castro Verde, em que as caixas e os respetivos estores estão na eminência de cair para a via pública e os perigos que podem representar para pessoas e viaturas que ali transitam, e daí aconselhar uma intervenção da Câmara junto dos respetivos proprietários, antes do Inverno.

O Sr. Presidente confirmou o facto e tomou a devida nota.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores António João Fernandes Colaço e Carlos Alberto Camacho Pereira, por não terem estado presentes na reunião em causa.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

6. - Fixação da taxa de derrama sobre a coleta do IRC para 2017:

Submeteu o Senhor Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Tendo por base a informação nº. 701 da Secção Financeira da Divisão de Administração e Finanças desta Câmara Municipal, que anexo, e considerando-se a necessidade de o município reforçar a sua capacidade financeira tendo em vista o conjunto de investimentos em PPI, particularmente os cofinanciados parcialmente pelos fundos comunitários.

Proponho, que ao abrigo do disposto no n.º.1 do artigo 18.º da Lei n.º.73/2013, de 3 de Setembro, seja lançada para o ano de 2017 uma derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios igual ou superior a 150.000 €, e a criação de uma taxa de derrama, diferenciada, de 0% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para as empresas com um volume de negócios inferior a 150.000 €.

- Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal a decisão para que a mesma, nos termos da alínea d) do n.º.1 do artigo 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, autorize o lançamento de derramas.”

Apreciada a proposta, submeteu-a o Senhor Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

7. - Fixação da taxa de participação de IRS para 2017:

Submeteu o Senhor Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“A Lei 73/2013, de 3 de Setembro, estabelece no art.º 25º, alínea c), que os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS, determinada nos termos do artigo 26º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a coleta líquida das deduções previstas no n.º.1 do artigo 78º. do Código do IRS.

Tendo por base a informação n.º. 704 da Secção Financeira da Divisão de Administração e Finanças desta Câmara Municipal, proponho que ao abrigo do referido artigo seja fixada para o ano de 2017, a taxa de 5%.

- Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal a decisão para que a mesma, nos termos da alínea e) do n.º.1 do artigo 25º. da Lei n.º.75/2013, de 12 de Setembro, se pronuncie.

Posto isto, apresentou o Sr. Vereador António José Brito, a seguinte proposta, subscrita igualmente pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira:

“Em matéria de política fiscal o OE (Orçamento do Estado) para 2016 «dá alguns passos na direção certa», mas é preciso «ir mais longe» para assegurar maior justiça fiscal”.

Esta posição foi defendida pelo PCP - força com maioria nesta Câmara Municipal - no passado mês de Fevereiro (conforme documento que se anexa) e os eleitos do PS no concelho de Castro Verde estão inteiramente de acordo com ela. Por isso, durante este mandato, assumindo a nossa habitual coerência, temos vindo a propor que a Câmara Municipal, dentro dos mecanismos legais que estão ao seu alcance, alivie o peso fiscal dos cidadãos do concelho - nomeadamente o IRS.

Neste contexto, os eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal de Castro Verde, em alternativa à proposta da maioria da CDU, **propõem a fixação em 2,0% da participação variável do IRS** a que o Município tem direito, na tributação dos contribuintes com domicílio fiscal na área do concelho nos rendimentos do ano de 2016.

Os eleitos do Partido Socialista entendem que, deste modo, com os meios que legalmente estão ao dispor da Câmara Municipal, será possível dar **“mais um passo na direção certa”** para **“assegurar mais justiça fiscal” aos Castrenses**”.

O Sr. Presidente comentou a proposta apresentada nos seguintes termos:

“O IRS é o imposto único sobre os rendimentos dos agregados familiares, de taxa progressiva e que, apesar das distorções introduzidas quer pelo aumento da carga fiscal que o anterior governo impôs sobre os rendimentos do trabalho, quer pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, é suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e de carga fiscal.

O desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade reconhecida e particularmente exigida pela CDU, que o governo e a Assembleia da República começaram timidamente a dar resposta com a preparação e aprovação do Orçamento de Estado 2016.

Mas não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça desigualmente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos ou de meras opções demagógicas.

Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios, pela redução, ainda que «voluntária», da participação nos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.

O «benefício» fiscal que resultaria do facto de os municípios abdicarem da participação no IRS, no todo ou em parte, é:

- Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal a quem tem mais rendimentos, ou seja tanto mais quanto maiores forem os rendimentos;
- De montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos, e nulo ou quase nulo para a generalidade da população;
- Significativo, quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização dos municípios e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.

Os motivos da recusa, por parte da CDU, em assumir posições demagógicas nesta matéria tem sido sempre debatidos publicamente e inseridos na questão do financiamento das autarquias em geral.”

Apreciadas ambas as propostas e colocadas à votação, foi a primeira aprovada, por maioria, com os votos contra dos eleitos do PS e a segunda rejeitada por maioria com os votos favoráveis dos eleitos do PS.

8. - Fixação das taxas do IMI para 2016:

Apreciou a Câmara, a seguinte proposta apresentada pelo Senhor Presidente:

“Tendo por base a informação nº. 703 da Secção Financeira da Divisão de Administração e Finanças desta Câmara Municipal, que anexo, e nos termos do nº.5 do artigo 112º do Código do IMI, as taxas a aplicar em cada ano situam-se dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº.1, do mesmo artigo que é de 0,3% a 0,45% (Redação da lei nº.7-A/2016 - 30/03) proponho que ao abrigo daquela disposição legal a taxa a aplicar no ano de 2017 seja de 0,3%.

- Aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a decisão para que a mesma, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, autorize a fixação da referida taxa.

Apreciada a proposta, submeteu-a o Sr Presidente a votação, nominalmente, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira.

2.- Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o n.º de registo 6391 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no art.º 35º/10, da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.^a, e ao abrigo do disposto no art.º 35º/5, da LOE, a emissão de parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços para desenvolvimento de Atividades de Animação e Apoio à Família nos Jardins de Infância do concelho de Castro Verde, com Ana Cristina Martins Guerreiro, com licenciatura em Animação Sociocultural, pelo valor mensal de 1.100,00 €, no período de Setembro de 2016 a Julho de 2017.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei n.º 7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa.

Igualmente com base na legislação citada na informação acima referida apreciou a Câmara o pedido de emissão de parecer prévio para a celebração de um contrato de aquisição de serviços de "Ajustamento à fundamentação económico financeira da Tabela de Taxas e Preços Municipais; Proposta de alteração ao Tarifário constante na Tabela de Preços Municipais, a celebrar cm a empresa Raízes Ocultas Unipessoal Ld.^a, pelo valor de 2.400,00 €, conforme documentos justificativos apresentados pela Coordenadora Técnica da Secção de Aprovisionamento.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei n.º 7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, emitir parecer prévio favorável para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras e Loteamentos Municipais

- **Trabalhos a mais de espécie não prevista no contrato da empreitada de execução de infraestruturas do espaço público do Jardim da Esteva, em Castro Verde.**

Apreciou a Câmara a informação da Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, relativa aos trabalhos a mais de espécie não prevista no contrato da empreitada de execução de infraestruturas do espaço público do Jardim da Esteva, em Castro Verde, os quais ascendem ao montante de 4.312,86 €, com exclusão do IVA, conforme mapa de trabalhos que anexa.

A Câmara, deliberou, por unanimidade e nominalmente aprovar o mapa dos trabalhos a mais de espécie não prevista no contrato da referida empreitada, assim como a celebração o respetivo contrato adicional com o adjudicatário, o empreiteiro JASFEC - Sociedade de Construções e Terraplanagens Ld.^a, no valor acima referido.

2. - Obras particulares/outros:

- **Deliberação final sobre processo de obras:**

Apreciou a Câmara e deliberou por unanimidade e nominalmente aprovar os projetos da especialidade apresentados por Ana do Carmo Sidoncha Romeiro Costa para construção de uma moradia unifamiliar na Rua Eugénio de Andrade, lote 22, em Castro Verde (proc.º nº. 12/2016).

- **Emissão de parecer sobre constituição de compropriedades:**

Foi presente um requerimento em que Maria Francisca Palma Jacinto, na qualidade de cabeça de casal da herança de Manuel Maria Jacinto, residente em Castro Verde, solicita a emissão de certidão de parecer para constituição de compropriedade nos termos do art.º 54º, nº.1, da Lei nº. 91/95, de 2 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº.64/2003, de 23 de Agosto, para efeitos de partilha do prédio rústico denominado “Farjais”, sito na União de Freguesias de Castro Verde e Casével, inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº. 185 da Secção S, dado que da mesma resulta a adjudicação em compropriedade a seu favor e de seu filho Hélder Manuel Palma Jacinto.

Apreciado o assunto, a Câmara, em face da informação prestada pela Secção Técnica Administrativa, deliberou, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer favorável à constituição da compropriedade para os fins em causa, na medida em que não se verificam os pressupostos fundamentais previstos no nº.2 do artigo 54º da Lei nº.64/03, de 23 de Agosto.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Contratação de prestação de serviços de atividades de Animação e de apoio à Família:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo nascimento:

“O Município de Castro Verde no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de Julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-escolar, tem assegurado até à presente data o desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), nos estabelecimentos

de educação pré-escolar do concelho de Castro Verde, através de técnicos contratados para o efeito.

Para dar continuidade ao desenvolvimento destas atividades no ano letivo 2016/2017, e, não sendo possível recorrer a outra forma de contratação, propõe-se que se equacione a possibilidade de se estabelecer com os técnicos que desenvolveram as referidas atividades no ano letivo transato, uma Contratação de Prestação de Serviços, nos seguintes moldes:

Duração: Setembro de 2016 a Julho de 2017

Nomes:

Liliana Cristina da Silva Damas, Técnico Profissional de Animação Sociocultural - Nível IV;

Ana Cristina Martins Guerreiro, Licenciatura em Animação Sociocultural.

Local a desenvolver a função: Jardins de Infância do Agrupamento de Escolas.

Valor remuneratório:

Técnico Profissional - 700,00 €/mês.

Licenciatura - 1,100,00 €/mês.

Apreciado o assunto, a Câmara, deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, estabelecer com os referidos técnicos a contratação prestação de serviços conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

2. - Concessão de subsídios:

- **à Associação de Cante Alentejano “Os Cardadores”:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Associação de Cante Alentejano “Os Cardadores”, vai organizar o “I Serão de Cante Alentejano e Viola Campaniça”, no dia 3 de Setembro 2016, na localidade da Sete.

Assim nos termos da alínea a), ponto 2, da cláusula 4ª. do Protocolo de Colaboração assinado entre esta Autarquia, a Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Padrões e a Associação de Cante Alentejano “Os Cardadores”, venho por este meio propor a atribuição de um apoio de 500 € à ACA “Os Cardadores” para fazer face a despesas logísticas.

Mais se informa que esta iniciativa também se encontra contextualizada pelo Plano de Ação delineado pelo Grupo de Trabalho “Cante Alentejano”.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir à Associação de Cante Alentejano “Os Cardadores”, do Monte da Sete, o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

- **à Cooperativa Informação e Cultura CORTIÇOL:**

Apreciou a Câmara o pedido de apoio logístico e financeiro, no valor de 200 €, solicitado pela CORTIÇOL - Cooperativa de Informação e Cultura, para a realização da 14ª. edição do Torneio de Futebol da Rádio Castrense, designado “Torneio de Futebol José António Castilho”, nos próximos dias 17 e 18 de Setembro no Estádio Municipal 25 de Abril.

A Câmara, segundo proposta do Sr. Presidente deliberou, por unanimidade e nominalmente, ceder gratuitamente a utilização das instalações do Estádio Municipal para o efeito assim como um apoio financeiro solicitado, no valor de 200 €, autorizando o respetivo pagamento.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,35 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.